

Tipo Jurídico

Porte Empresarial

Normal

Nome

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S A

Código Ato

Eventos

008

[illegible]

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR JOSÉ ROBERTO BORGES, NATAN SCHIPER E SAMIR FERREIRA BARBOSA NEHME SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 24/05/2019 e arquivado em 24/05/2019


Bernardo Feijó Sampaio Berwanger

SECRETÁRIO GERAL



00-2019/297100-0

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

25

1/1

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S A

NIRE: 333.0032099-7 Protocolo: 00-2019/297100-0 Data do protocolo: 22/05/2019

CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 24/05/2019 SOB O NÚMERO 00003624940 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 216A457ADF9BD21170256C2F24124D0B6206812860BFCAF763145AAB649CAF05

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 1/25



VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98
NIRE: 33.3.00320997

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

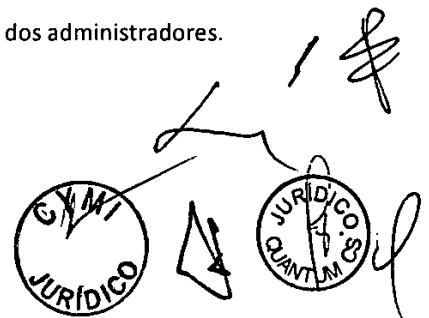
DATA, HORA E LOCAL: Em 30 de abril de 2019, às 13:30 horas, na sede da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1003 (parte) e 1004 (parte), Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei 6.404"), tendo em vista a presença dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. Presentes ainda, o Diretor Administrativo e Financeiro da Companhia o Sr. Rogério Diniz de Oliveira, o Diretor Técnico da Companhia o Sr. Murilo Magalhães Nogueira, e o representante da KPMG Auditores Independentes, o Sr. José Luiz de Souza Gurgel.

COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente: Daniel Agustín Bilat; e Secretário: Leandro da Silva Reis.

PUBLICAÇÕES: Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram previamente remetidos aos acionistas e publicados no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 30 de abril de 2019, às fls. 53, 54 e 55, e no Jornal Diário do Acionista, em 30 de abril de 2019, às fls. 9, 10 e 11 ("Publicações").

(i) Em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), deliberar sobre (i.a) contas da administração, Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, (i.b) destinação do lucro líquido do exercício; (i.c) destinação do resultado referente a exercícios anteriores; e (ii) em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), deliberar sobre remuneração global dos administradores.



VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98
NIRE: 33.3.00320997

DELIBERAÇÕES: Iniciado os trabalhos, o Presidente da Mesa apresentou aos acionistas os documentos e informações relacionados às matérias constantes a Ordem do Dia. Após exame e discussão, o Sr. Presidente colocou para votação os itens constantes da Ordem do dia e, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, os acionistas aprovaram:

(i) em AGO:

(i.a) as contas da administração, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, conforme Publicações;

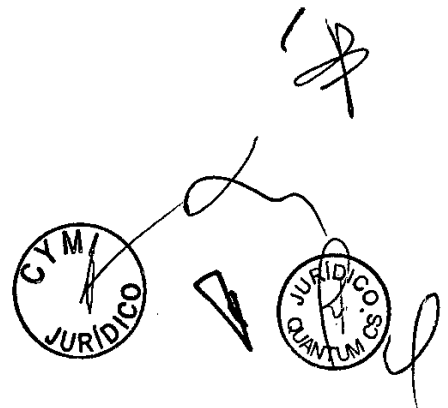
(i.b) a proposta de destinação do lucro líquido da Companhia apresentada pela Diretoria referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$23.019.146,68 (vinte e três milhões, dezenove mil, cento e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), para que o lucro líquido seja destinado da seguinte forma:

(i.b.i) R\$144.348,85 (cento e quarenta e quatro mil, trezentos e quarenta e oito reais e oitenta e cinco centavos) serão destinados à Reserva Legal; e

(i.b.ii) R\$22.874.797,83 (vinte e dois milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, setecentos e noventa e sete reais e oitenta e três centavos) serão destinados à Reserva de Lucros.

Fica expressamente consignado que, em comum acordo, os acionistas abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiro estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

(i.c) a proposta de destinação de resultados derivada de ajuste de adoção inicial do CPC47/IFRS15, efeito de mudança de prática contábil, conforme apresentado pela Diretoria, no montante de R\$ 12.528.000,00 (doze milhões, quinhentos e vinte oito mil reais), são destinados à Reserva de Lucros.



VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98
NIRE: 33.3.00320997

Fica expressamente consignado que, em comum acordo, os acionistas abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiro estratégicos, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

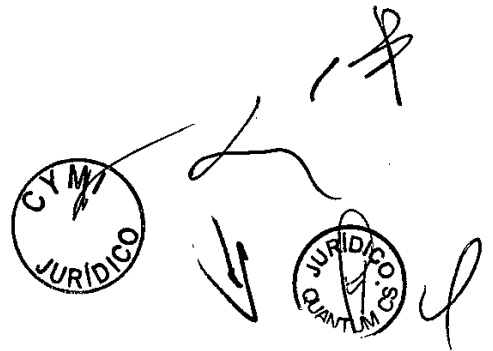
(ii) em AGE a proposta de remuneração anual global para os administradores da Companhia referente ao exercício de 2019, corresponderá a R\$ 0,00 (zero reais), conforme cartas de renúncia (Anexo II-A e Anexo II-B).

Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todo e qualquer ato necessário para formalizar as deliberações acima.

ENCERRAMENTO E LAVRATURA: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata na forma de sumário, que lida, aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **Assinaturas:** Daniel Agustín Bilat, **Presidente**; Leandro da Silva Reis, **Secretário**; Cymi Construções e Participações S.A., e Brasil Energia Fundo de Investimento Em Participações Multiestratégia representado por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda., ambos **Acionistas**. A presente ata é cópia fiel da via original lavrada em livro próprio.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019.

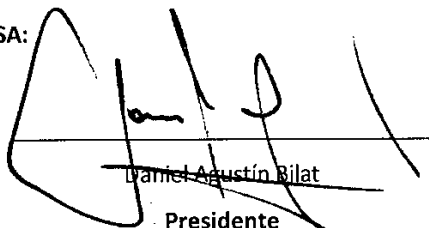
[Assinaturas na próxima página.]



VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98
NIRE: 33.3.00320997

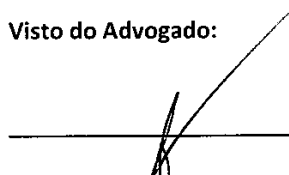
[Página de assinaturas da ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Veredas Transmissora
de Eletricidade S.A. de 30 de abril de 2019, às 13:30 horas.]

MESA:


Daniel Agustín Bilat
Presidente


Leandro da Silva Reis
Secretário

Visto do Advogado:


Bruna Lage Richter
OAB/RJ 158.899



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S A

NIRE: 333.0032099-7 Protocolo: 00-2019/297100-0 Data do protocolo: 22/05/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 24/05/2019 SOB O NÚMERO 00003624940 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 216A457ADF9BD21170256C2F24124D0B6206812860BFCAF763145AAB649CAF05

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 6/25



VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98

NIRE: 33.3.00320997

**ANEXO I DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTA DA VEREDAS
TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A., REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13:30 HORAS****ACIONISTAS****AÇÕES / QUANTIDADE**

1. CYMI CONSTRUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA, Seção Rio de Janeiro, sob o n.º 33.3.0027854-1, com sede nesta Cidade e Estado, na Avenida Presidente Wilson n.º 231, sala 1701, parte, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.003.107/0001-32, representada por seus diretores, Sr. Daniel Agustín Bilat, brasileiro, divorciado, industrial, portador da carteira de identidade n.º 31.038.159-5, expedida pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 058.033.087-73 e Sr. Leandro da Silva Reis, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade de n.º 1506621, expedida pelo SSP/DF e inscrito no CPF/MF sob o n.º 803.722.601-87, ambos residentes e domiciliados na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com escritório comercial na Av. Presidente Wilson, nº 231, sala 1701 – parte, Edifício Austregésilo de Athayde, CEP 20030-905. ASS.: _____ Daniel Agustín Bilat ASS.: _____ Leandro da Silva Reis	500.500
2. BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA, fundo de investimento em participações constituído sob a forma de condomínio fechado,	500.500



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S A

NIRE: 333.0032099-7 Protocolo: 00-2019/297100-0 Data do protocolo: 22/05/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 24/05/2019 SOB O NÚMERO 00003624940 e demais constantes do termo de autenticação.

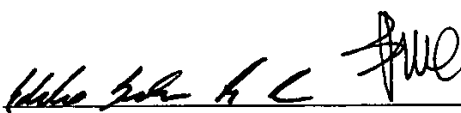
Autenticação: 216A457ADF9BD21170256C2F24124D0B6206812860BFCFAF763145AAB649CAF05

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pag. 7/25



VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98
NIRE: 33.3.00320997

nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n.º 578, de 30 de agosto de 2016 e inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 22.194.580/0001-38, neste ato representado por sua administradora, Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda. ("Administrador"), sociedade autorizada pela CVM para o exercício profissional de administração de recursos de terceiros, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach, nº 200, Edifício Pacífic Tower, Bloco 2, 2º e 3º andares, salas 201 a 204 e 301 a 304, Jacarepaguá, CEP 22775-028 (Referência: Entrada pela Av. Antônio Gallotti), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.885.392/0001-62. ASS.:  BRASIL ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA representado por sua administradora Brookfield Brasil Asset Management Investimentos Ltda.	
TOTAL:	1.001.000



VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98
NIRE: 33.3.00320997

ANEXO II-A DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTA DA
VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A., REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13:30
HORAS

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019

Aos

Acionistas da

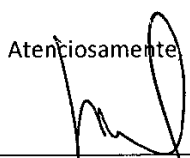
Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Prezados Senhores,

Eu, **ROGERIO DINIZ DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade n.º 08.056.887-6, expedida pelo DIC/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 002.782.367-90, residente e domiciliado na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson, 231, sala 1003-parte e 1004-parte, Centro, CEP: 20.030.021, nomeado para o cargo de Diretor Administrativo e Financeiro da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A., nesta data, venho, pela presente, renunciar expressamente, a partir da data da minha investidura, ao direito de percepção dos honorários nessa Companhia.

Declaro, no entanto, que a presente renúncia não afetará, de qualquer forma, o desempenho, zelo e responsabilidade que o cargo exige.

Atenciosamente



ROGERIO DINIZ DE OLIVEIRA






VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.
CNPJ/MF: 23.776.376/0001-98
NIRE: 33.3.00320997

ANEXO II-B DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE ACIONISTA DA
VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A., REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2019, ÀS 13:30
HORAS

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2019

Aos

Acionistas da

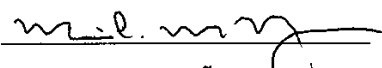
Veredas Transmissora de Eletricidade S.A.

Prezados Senhores,

Eu, **MURILO MAGALHÃES NOGUEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 871060168/D CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 829.271.117-15, com endereço comercial na Avenida Presidente Wilson, n.º 231, salas 1003 (parte) e 1004 (parte), Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20030-021, nomeado para o cargo de Diretor Técnico da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A., nesta data, venho, pela presente, renunciar expressamente, a partir da data da minha investidura, ao direito de percepção dos honorários nessa Companhia.

Declaro, no entanto, que a presente renúncia não afetará, de qualquer forma, o desempenho, zelo e responsabilidade que o cargo exige.

Atenciosamente,


MURILO MAGALHÃES NOGUEIRA





VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.

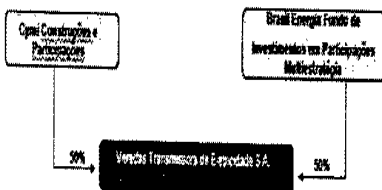
CNPJ nº 23.776.376/0001-98

NASCENTE PUBLICAÇÃO

2508-6504

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, Veredas Transmissora de Eletricidade S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis relativo ao exercício de 2018 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários. 1.1 Histórico: A Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02/12/2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymi Construções e Participações S.A. (50%) e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (50%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. 1.2 Práticas e Regulamentações: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). 1.3 Estrutura Societária



2 Ambiente Econômico: O ano de 2018 foi marcado por elevado grau de incerteza em relação à condução da política econômica em paralelo com a corrida eleitoral. Foi um ano de lenta recuperação (PIB estimado de +1,1%), com inflação de 3,7% (IPCA). A taxa básica de juros Selic atingiu a mínima histórica de 6,5% a.a. A economia brasileira foi marcada pelo baixo crescimento e por grandes incertezas geradas externamente pela guerra comercial entre EUA e China, e o aumento da taxa de juros americana pelo FED desaceleraram a economia mundial. Internamente, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo - ANP, o preço do diesel para revenda subiu 7,5% entre os meses de janeiro e maio de 2018. Tal aumento de preços foi um dos principais motivadores da greve dos caminhoneiros no final de maio, que impactou o desempenho econômico do terceiro trimestre. A greve dos caminhoneiros e as incertezas sobre as eleições contribuíram para o baixo crescimento. Para 2019 o Banco Central divulgou em boletim uma previsão de crescimento do PIB na faixa de 2,50%. O Comitê de Política Monetária - COPOM publicou, em fevereiro deste ano, sua ata de reunião com as expectativas para os indicadores macroeconômicos. A taxa de juros SELIC foi fixada em 6,5% para 2019 e a taxa de câmbio deve se manter estável, na faixa dos R\$3,70. Com este cenário, a projeção do COPOM é de que o IPCA fique em torno dos 3,9% em 2019. No mercado de energia, dados da Empresa de Pesquisa Energética - EPE mostram aumento no consumo nacional de energia. No comparativo de 12 meses, divulgado em dezembro de 2018, o consumo total de energia cresceu 1,1%, com resultado positivo em todas as classes de consumo, puxado, principalmente, pelo setor industrial e pelo setor residencial, com aumento no consumo de 1,3% e 1,2%, respectivamente. 3 Ambiente Regulatório: No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL), e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos. 4 Desempenho Operacional: A Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento

que por sua vez está em fase pré-operacional. A Companhia é composta pelos ativos abaixo: • LT 500 KV Rio da Éguas - Arinos 2; • LT 500 KV Arinos 2 - Pirapora 2; • SE 500 KV Arinos 2. 5 Desempenho Econômico-Financeiro: O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. 6 Governança corporativa: A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2018 destacamos a criação, implementação e forte atuação do setor de compliance Brasil, bem como início e aperfeiçoamento/upgrage de nosso sistema ERP. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo. 7 Responsabilidade ambiental e social: A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos Programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. 8 Auditores Independentes: Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Contábeis. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. 9 Agradecimentos: Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. A Administração.

Balanço Patrimonial em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		45.851	34.213
Caixa e equivalentes de caixa	5	45.838	34.029
Impostos a recuperar		467	136
Adiantamentos Diversos		546	49
Não Circulante		189.451	56.665
Ativo financeiro concessão	6		56.665
Ativo de controle	7	189.451	
Total do Ativo		246.302	90.878
Passivo			
Circulante		166.241	80.897
Fornecedores	8	8.003	369
Empréstimos e financiamentos	10	123.420	78.025
Obrigações fiscais		1.168	80
Contas a Pagar - Partes relacionadas	9	2.342	448
Provisões	8	31.318	1.975
Não Circulante		42.401	7.868
Provisões - MTM	11	3.557	2.053
Impostos Diferidos	12	38.844	5.815
Patrimônio líquido		37.660	2.113
Capital Social	13	1.001	1.001
Reserva de Lucros		36.659	1.112
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		246.302	90.878

Demonstração de Resultado em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	14	110.598	51.423
Custo de Construção	15	(67.934)	(46.124)
Resultado bruto		42.664	5.299
Despesas operacionais			

gía Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2/12/2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica na Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Da concessão: Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2017 - ANEEL, datado de 10 de fevereiro 2017, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: • LT 500 KV Rio das Éguas - Arinos 2 C1 - 230 km; • LT 500 KV Arinos 2 - Pirapora 2 C1 - 221 km; • SE 2.500 KV Arinos. O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em no máximo 36 meses após a assinatura do contrato. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 130.510 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. • Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita

gamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atorgado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro deram origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. II. Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros (política aplicável a partir de 1º/01/2018): Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. III. Mensuração subsequente e ganhos e perdas (política aplicável a partir de 1º/01/2018): Ativos financeiros ao VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo o efeito da receita de dividendos, são reconhecidos no

Demonstração do Resultado Em 31/12/2016 e 2017 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2016	31/12/2017
Receita operacional líquida	14	110.398	51.423
Custo de Construção	15	(67.634)	(48.124)
Resultado bruto		42.664	3.299
Despesas operacionais			
Pessoal		(116)	
Materiais		(6)	
Aluguéis		(18)	
Serviços de terceiros		(119)	(33)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		42.405	3.268
Resultado financeiro	16		
Receitas financeiras		1.781	875
Despesas financeiras		(7.786)	(4.655)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(6.005)	(3.880)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	36.398	1.686
Lucro líquido do exercício		30.393	574
Lucro líquido do período		23.019	1.112
Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2016 e 2017 (Em milhares de reais)			
		31/12/2016	31/12/2017
Lucro líquido do exercício		23.019	1.112
Outros resultados abrangentes			
Total do resultado abrangente do período		23.019	1.112
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2016 e 2017 (Em milhares de reais)			
	Capital social	Reserva de Prejuízos / Lucros a Realizar	Lucros acumulados
Saldos em 31/12/2016			
Integração de Capital	1.001		1.001
Lucro líquido do exercício			1.112
Destinação de lucros à Reserva legal		56	(56)
Reserva de lucros a realizar		1.058	(1.055)
Saldos em 31/12/2017	10	1.001	56
Ajuste Adoção Inicial CPC 47/IFRS 15			12.528
Lucro líquido do exercício			23.019
Destinação de lucros à Reserva legal		144	(144)
Reserva de lucros a realizar		22.875	(22.875)
Saldos em 31/12/2018	1.001	200	36.459
Saldos em 31/12/2019			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício			23.019
Ajustes para reconhecer o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Impostos Diferidos		24.641	5.814
Juros apropriados sobre dívidas financeiras		7.899	3.025
Variações nos ativos e passivos:			
Aumento (Redução) de Partes relacionadas (Redistribuição, conforme nota 2.14)		1.854	448
Ativo de Contrato		(121.871)	
Ativo Financeiro de Concessão (Redistribuição, conforme nota 2.14)			(56.863)
Aumento em adiantamentos diversos		(497)	(49)
Aumento em tributos a recuperar		(331)	(136)
Aumento em fornecedores		7.634	369
Aumento em provisões		30.847	4.028
Aumento em obrigações fiscais		1.078	80
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais		(81.246)	(51.923)
Atividades de financiamento			
Aumento do capital líquido			1.001
Empréstimos e financiamentos obtidos		82.500	75.000
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos		(7.504)	
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos		(37.500)	
Disponibilizações líquidas geradas pelas atividades de financiamento		37.496	75.001
Aumento na caixa e equivalentes de caixa		11.809	34.029
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício		45.938	34.029
Caixa e equivalente caixa no início do exercício		34.029	
Aumento na caixa e equivalentes de caixa		11.809	34.029

Incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financiamento programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empresariais de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrotermais, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reformas e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, autuando as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, prevendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, dos normais legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus adiantados e de financiamento obtido junto às instituições financeiras para a liquidação de suas obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. 2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Diretoria em 25/04/2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. 2.4 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que exigem a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, itens sujeitos e essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 6 e 7, análise do risco de crédito para determinação de provisões para perdas esperadas de crédito de liquidação de dívidas e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisados de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o critério de apuração do ativo de contrato e do ativo financeiro, conforme nota explicativa 6 e 7. 2.5 Principais políticas contábeis: As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. 1. Classificação e mensuração subsequente (política aplicável a partir de 1º/10/2018): No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base nas modalidades de negócios de entidade para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de: a) Natureza contratual do instrumento: Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a esta condição. II. Mensuração subsequente e ganhos e perdas (política aplicável a partir de 1º/10/2018): Ativos financeiros ao VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida ao VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são redistribuídos para o resultado. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia não transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. IV. Política aplicável antes de 1º/10/2018: A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR (nesta categoria como meros para negociação, instrumentos derivativos de hedge ou designado ao VJR). Mensuração subsequente e ganhos e perdas: A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR (nesta categoria como mantidos para negociação, instrumentos derivativos de hedge ou designado ao VJR). Ativos financeiros ao VJR: Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Empréstimos e recebíveis: Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ativos financeiros disponíveis para venda: Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi redistribuído para o resultado. (a) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e o contraprestação paga (incluindo qualquer ativo não monetário transferido ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. 2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certas ocasiões implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises elaboradas e na melhor estimativa da administração, 2.7 Impairment de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independentemente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes não relacionadas e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: Indicativos observáveis de redução significativa do valor do ativo; Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; O valor contábil;

Variações nos ativos e passivos:		
Aumento (Redução) de Partes relacionadas (Reclassificado, conforme nota 2.14)	1.894	448
	(121.871)	
Ativo de Contrato		
Ativo Financeiro de Concessão (Reclassificado, conforme nota 2.14)		(58.663)
	(497)	(49)
Aumento em adiantamentos diversos	(331)	(136)
Aumento em tributos a recuperar	7.634	369
Aumento em fornecedores	30.847	4.028
Aumento em provisões	1.078	80
Aumento em obrigações fiscais	(81.246)	(51.923)
	(25.687)	(41.972)
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais		
Atividades de financiamentos		1.001
Aumento de capital, líquido	82.500	75.000
Empréstimos e financiamentos obtidos	(7.504)	
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(37.500)	
Pagamentos de principal de empréstimo e financiamentos		
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	37.496	76.001
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	11.809	34.029
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	45.838	34.029
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	34.029	
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	11.809	34.029

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais)

Contexto Operacional: A Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. ("Companhia ou Transmissora"), controlada pela Cymil Construções e Participações S.A. e o Brasil Ener-

seguir. **Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece o ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. **1. Classificação e mensuração subsequente** (política aplicável a partir de 1º/01/2018): No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pa-

contábil líquido ao valor recuperável e são revertidas somente na condição em que o valor contábil líquido do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de redução significativa do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31/12/2016 e 2017, não houve indicativo de deterioração e em função disso a

TERÇA-FEIRA - 30 DE ABRIL DE 2019
ANO XLV - Nº 079-A - PARTE V

56

VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ nº 23.776.378/0001-86

Companhia não efetuou análise para seus ativos. 2.8 Ativo de contrato: Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - "Poder Concedente") e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31/12/2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICP 01 (R1) IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") da cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º/01/2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho não somente a passagem do tempo enquadraram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passaram a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: I. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são adotadas imediatamente ao resultado, no momento que ocorrem. Para estimativa referente à Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo aprovada de acordo com o fisco de crédito do cliente e prazo de financiamento. II. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de desempenho de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. III. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descrito a seguir: Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativo à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. 2.9 Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e ajustados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13/05/2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 8% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à contração de negócios ou a itens diretamente relacionados ao patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47/IFRS 15 no balanço patrimonial da Companhia em 31/12/2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia para o exercício findo em 31/12/2018.

I. Impacto no balanço patrimonial

	Valores em R\$		
	Conforme apresentado	Ativos	Adoção do CPC 47/IFRS 15
Em 31/12/2018			
Ativo financeiro	(a)	(146.833)	146.833
Ativo de contrato	(a)	199.451	199.451
Outros ativos		45.851	45.851
Total do ativo		248.302	292.135
PIS e COFINS diferidos	(a)	18.449	4.867
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)	20.395	17.233
Outros passivos		169.738	169.738
Total do passivo		208.642	201.832
Capital social		1.001	1.001
Reserva de lucros	(a)	36.659	30.518
Total do patrimônio líquido		37.660	30.518

(a) Efeito dos ajustes decorrentes do reconhecimento do CPC 47/IFRS 15 conforme descrito na nota explicativa 2.8.

II. Impacto na demonstração do resultado

	Valores em R\$		
	Conforme apresentado	Ativos	Adoção do CPC 47/IFRS 15
Em 31/12/2018			
Receita operacional líquida	(a)	110.598	28.770
Custos e despesas operacionais		(68.193)	(68.193)
Receitas (despesas) financeiras		(6.017)	(6.017)
Imposto de renda e contribuição social	(a)	(13.342)	(13.279)
Lucro líquido do exercício		23.019	5.022

	Valores em R\$		
	Classificação Original	Nova Classificação	Saldo em 31/12/2018
Ativos Financeiros	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9	1º/01/2018
Caixa e equivalente de caixa	Emprestimos e recebíveis	Valor justo por meio de resultado	34.029
Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado	
Ativo de Contrato		Custo Amortizado	199.451
Passivos Financeiros	CPC 38/IAS 39	CPC 48/IFRS 9	1º/01/2018
Forneceiros	Custo Amortizado	Custo Amortizado	2.344
Financiamentos	Custo Amortizado	Custo Amortizado	78.025

A partir de 1º/01/2018, o ativo financeiro da Companhia passaram a ser classificados como ativo de contrato, sob o escopo do CPC 47/IFRS 15. II. Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais: O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará a ativos contratuais e a ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas (quando aplicáveis) são mensuradas com base nas perdas de crédito espe-

apresentou percentual médio de 12,99% a.a. e Dezembro de 2018 apresentou percentual médio de 15,58% a.a. 7 Ativo de Contrato

	Transferência do Ativo			Receita Remuneração	
	Adoção CPC 47/IFRS 15 (a)	Inativação de Consolidação do Ativo	Receita Remuneração	2018	2017
Financieiro	56.665	20.815	107.267	14.694	199.451
Circulante					199.451
Não Circulante					199.451
(a) Conforme descrito na nota explicativa 6, a Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 e par- tir de 1º/01/2018. O impacto da adoção dessa nova norma impactou positivamente o ativo de contrato em contrapartida a conta de Reserva de Lucros e realizar no patrimônio líquido.					
8 Fornecedores				31/12/2018	31/12/2017
Serviços				8.003	389
Provedores (f)				31.318	1.975
				39.321	2.364

Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços e equipamentos para a obra. (f) A composição desta rubrica refere-se basicamente a provisão de serviços de construções e montagem e compra de disjuntores, transformadores e seccionadores, adicionalmente a companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para erigir e manutenção das operações comerciais. 9 Partes Relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Ativo Passivo Resultado		
	Contas a Receber	Contas a Pagar	Saldo em 31/12/2018
Transações			
Cyml Construções e Participações (f)		448	448
Saldo em 31/12/2017		448	448
Cyml Construções e Participações (f)		441	441
Cyml do Brasil (f)		1.453	1.453
Saldo em 31/12/2018		2.342	2.342

(f) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (Engineering, procurement and construction) em sistema de turn key celebrado entre a Companhia e a Cyml Construções e Participações (atual denominação social da Cymlmax) e a Cyml do Brasil, 10 Empregados e Financiamentos: a. Composição

	Moeda Venc. Taxas de juros		
	Instituições financeiras	de moeda	contratual % a.a. 31/12/2018 31/12/2017
Citibank	BRL	07/05/2019	2,85% + CDI 39.409 39.881
Banco ABC	BRL	03/10/2018	2,33% + CDI 38.144
Banco Societe General			
- NP	BRL	26/08/2019	1,30% + CDI 84.011

	Total de empréstimos e financiamentos		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Circulante	123.420	78.025	78.025
Não circulante			

Instituições finan- ciárias	Saldo em 31/12/2017	Adi- ções	Juros	Amorti- zação de Princípio	Amorti- zação de Juros	Saldo em 31/12/2018
Citibank	39.881		3.819		(4.291)	39.409
Banco ABC	38.144		2.569	(37.500)	(3.213)	
Societe General - NP		82.500	1.511			84.011
Total	78.025	82.500	7.899	(37.500)	(7.504)	123.420

c. Movimentação em 2017

Instituições		Saldo em	Amorti-	Amorti-	Saldo em
financeiras	31/12/2016	Adições Juros	zação de	zação de	31/12/2017
			Principal	Juros	
Citibank	-	37.500	2.381	-	39.881
Banco ABC	-	37.500	644	-	38.144
Total	-	75.000	3.025	-	78.025

(f) Saldo em 31/12/2017 e 31/12/2016 são os saldos em 31/12/2017 e 31/12/2016, respectivamente.

haver. Ele é mensurado com base nas taxas de juros de mercado na data do balanço. Os ativos e passivos financeiros são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e os correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS contábil. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. Ativos e passivos financeiros diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. 2.10 Provisões: As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considere as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. 2.11 Receita e despesas financeiras: A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. 2.12 Mensuração do valor justo: Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes de mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nesse data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço de transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço de transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço de transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento: ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. 2.13 Encargos setoriais: a. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)/Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE): São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. b. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE): Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. c. Ministério de Minas e Energia (MME): Recuperação a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidroelétricos. 2.14 Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC): A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. A Companhia classifica os fluxos de caixa, pagos e recebidos, relativos ao ativo de contrato como atividade operacional. Nesse contexto, nos termos do pronunciamento técnico CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para fins de comparabilidade, os valores classificados na atividade de investimento relativos ao ativo financeiro de concessão e como contas a pagar a partes relacionadas, nas demonstrações do fluxo de caixa originalmente elaboradas para o exercício findo em 31/12/2017, nos valores de R\$ 56.863 e de R\$ 448, respectivamente, foram reclassificadas para a atividade operacional na presente demonstração financeira. Mudanças nas principais políticas contábeis: CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente: A Companhia adotou a CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º/1/2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. A tabela a seguir resume o impacto líquido de impostos, da transição para o CPC 47/IFRS 15 sobre a reserva de lucros a realizar em 1º/1/2018.

	Impactos da Adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º/1/2018
Reserva de Lucros a Realizar	
Ativo de Contrato	18.380
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(5.452)
	12.928

Ativo de Contrato: O novo modelo de perdas esperadas se aplicará a ativos contratuais e aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas (quando aplicáveis) são mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas são calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. Além disso, quando aplicável, são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas. A Companhia não reconhece provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação divididos, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o adiantamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou até de fiança bancária. 4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º/1/2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada. 4.1 CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil - IFRS 16 Leases: A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Benefícios estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e bens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual. Isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação dos ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época da contratação dessas transações. Vigência a partir de 1º/1/2018. A administração não espera que esta nova norma ou modificação possa ter impacto significativo nas Demonstrações Contábeis. 4.2 Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações à diversas pronunciamentos contábeis: Alterações em função de edição do CPC 06 (R2): Alterações em participações de longo prazo em cotizada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto; Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano; Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa; Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017; Alterações anuais feitas pelo CPC para compatibilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS. Vigência a partir de 1º/1/2018. 4.3 ICP 22 - Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments): Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação. Vigência a partir de 1º/1/2019. 4.4 IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de pré-pagamento com compensação negativa. Vigência a partir de 1º/1/2019. 4.5 Conceptual Framework in IFRS Standards: Aditivos para correção de referências do Conceptual Framework in IFRS Standards. Vigência a partir de 1º/1/2020. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5 Caixa e equivalentes de caixa
31/12/2018 31/12/2017
Caixa 1 3
Bancos 1.192 177
Aplicações Financeiras (a) 44.645 33.849
46.837 34.029

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 96,5% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por Instituição financeira:

Instituição financeira Tipo de aplicação Remuneração 31/12/2018 31/12/2017

Banco Santander	CDI 99% CDI	12,224	1,101
Banco ABC	CDI 99% CDI	19,266	12,506
Banco ABC	CDI 98,5% CDI	13,155	20,242
		44.645	33.849

6 Ativo financeiro da concessão: Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Sociedade no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O ativo financeiro inclui ainda a indexação que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a qualidade do serviço concedido.

31/12/2018 31/12/2017

Serviços de construção	52,563	
Remuneração do ativo financeiro	4,102	
Saldo	56,665	
Circulante		56,665
Não circulante		56,665
Transferência para Ativo de Contrato (a)	56,665	56,665

O ativo financeiro é remunerado pela taxa de retorno do empreendimento, que em 2017

financeiras 31/12/2018 Adições Juros Principal Juros 31/12/2017

Cibank		37.500	2.381	39.881
Banco ABC		37.500	644	38.144
Total		75.000	3.025	78.025

Cibank: Em 07/06/2017, a Companhia celebrou com o Banco Cibank um contrato de Cédula de Crédito Bancário até o limite de 37.500 e uma taxa de juros de CDI mais 2,9% a.a. com data de vencimento em 07/06/2018. Em 07/06/2018, a Companhia pagou somente os juros e postergou a mesma Cédula de Crédito Bancário para 07/06/2019, com uma nova taxa de juros de CDI mais 2,65% a.a., gerando um novo ativo. Banco ABC: Em 03/10/2017, com o objetivo de financiar os custos iniciais associados com a implementação do Projeto, a Companhia junto ao Banco ABC emitiu em benefício da Companhia uma primeira Cédula de Crédito Bancário até o limite de R\$ 37.500, a uma taxa de juros de CDI 2,33% a.a., o com Garantia Corporativa da Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações. A emissão será em série única. As debêntures serão da espécie quinquenária com garantia de primeira mão adicional, nos termos do artigo 58 de Lei das Sociedades por Ações. A liquidação das debêntures ocorreu em 03/10/2018. Banco Societe General: Em 01/10/2018, com o objetivo de financiar os custos iniciais associados com a implementação do Projeto, a Companhia junto ao Banco Societe General emitiu em benefício da Companhia uma primeira emissão de nota promissória até o limite de R\$ 32.500, a uma taxa de juros de CDI mais 1,30% a.a., o com Garantia Corporativa da Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações e Dragados. O vencimento das notas promissórias será 26/09/2019. 11 Provisões: Rubrica refere-se a operações com instrumentos financeiros derivativos ("Derivativos MTM") do tipo compra o termo de moeda cujo a Companhia controlou para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira, referente a importação de cabos. Cabe Ressaltar que a respectiva operação é feita com o fornecedor General Cable através da instituição financeira Citibank, instituição na qual envia mensalmente a respectiva posição Market to Market - MTM e ser contabilizada.

Instituições financeiras	Venci-mento	Cotação Média USD/		
financeiras	Moeda	BRL	31/12/2018	31/12/2017
Cibank	BRL 20/09/2019	3,7812	3,557	2,053
12 Impostos diferidos				
	ATIVO		ATIVO	
	31/12/2018		31/12/2017	
	Impos- tos Ali-	Base	Impos- tos Ali-	Base
Natureza dos créditos	quos	de Cál-	quos	de Cál-
	do	culo	do	culo
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do	do	do
	do	do</		

(i) Refere-se a receita de construção e de manutenção reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção e manutenção prestados, adicionado dos impostos recuperáveis (PIS e COFINS). (ii) Refere-se ao passivo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais, base negativa e os rendimentos do ativo de contrato oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo de contrato da Companhia, relacionados à aplicação da interpretação técnica ICP 01 (R1) 13 Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31/12/2018 o capital social subscrito é de R\$ 1.001.000,00, dividido em 1.001.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Durante o exercício de 2017 mediante aprovação das respectivas AGE ocorreram dois aportes de capital totalizando R\$ 1.000.000,00 divididos em 1.000.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Os respectivos aportes de capital foram proporcionais a participação de cada quotista, sendo 50% referente à Cym Construções e Participações S.A. e 50% referente ao Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multistratégia. O capital social da Companhia é composto como se segue:

Composição acionária 31/12/2018

Quotistas	Qtd Ações	%	Valor (Em Reais)
Cym Construções e Participações S.A.	500.500.000	50,00%	500.500.000
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multistratégia	500.500.000	50,00%	500.500.000
Total	1.001.000	100%	1.001.000

Composição acionária 31/12/2017

Quotistas	Qtd Ações	%	Valor (Em Reais)
Cym Construções e Participações S.A.	500.500.000	50,00%	500.500.000
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações	500.500.000	50,00%	500.500.000
Total	1.001.000	100%	1.001.000

b. Política de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Os acionistas em comum acordo abrem mão do

VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ nº 23.776.578/0001-98

constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiro estratégico, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia. 14 Recel: Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta	121.872	56.665
(-) PIS e COFINS	(11.274)	(5.242)
Receita líquida	110.598	51.423
Receita de Construção - Ativo de Contrato	101.267	
Remuneração do Ativo de Contrato	14.804	
Receita de Construção		52.583
Receita Financeira	4.102	
	121.872	56.665

15 Custo de Construção: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em dezembro de 2018:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo de Construção		
Pessoal	(131)	
Máquinas e Equipamentos	(49.464)	(33.673)
Serviços de terceiros	(7.768)	(5.274)
Resultado financeiro	(8.330)	(5.656)
Outras despesas	(2.240)	(1.521)
	(67.934)	(46.124)

16 Resultado Financeiro: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras	1.781	875
Receita de aplicações financeiras	1.781	875
Despesas financeiras	(7.798)	(4.455)
Juros de empréstimos e financiamentos	(7.798)	(3.025)
IOF de empréstimos		(704)
Outras despesas financeiras		(726)
Resultado financeiro líquido	(6.017)	(3.580)

17 Imposto de renda e contribuição social: As despesas com o imposto de renda e contribuição social nos resultados do período em 31/12/2018 e exercício de 2017 encontram-se resumidas a seguir:

Natureza dos créditos	Base de Cálculo 2018	Alíquota	Contribuição
IRPJ diferido (f)	39.321	25%	9.830
CSLL diferida (f)	39.321	9%	3.539
Total			13.369
Natureza dos créditos	Base de Cálculo 2017	Alíquota	Contribuição
IRPJ diferido (f)	1.688	25%	422
CSLL diferida (f)	1.688	9%	152
Total			574

(f) Refere-se ao passivo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais, base negativa e os rendimentos do ativo de contrato oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo de contrato da Companhia, relacionado à aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1). Para mais detalhes de base e alíquotas veja nota explicativa 12, 18 Instrumentos Financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia, a. Gerenciamento dos riscos: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (a) Risco de crédito, (b) Risco de mercado, (c) Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. (e) Riscos de crédito: É o risco de a Companhia

"Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: (i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e (ii) Carta de Flanqueamento - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. • Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. (b) Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31/12/2018 e 31/12/2017, os perfis dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	31/12/2018	31/12/2017
Instrumentos financeiros por indexador		
Aplicações financeiras	44.645	33.849
CDI		

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras: A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para o cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir. • Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. • Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (C)	25% Cenário A	50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	44.645	taxa CDI	2.857	2.143	1.429
Referência para ativos financeiros					
CDI %			6,40%	4,80%	3,20%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 6,40% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (C)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
Banco Citibank	39.409	Taxa CDI	2.522	3.153	3.783
Banco Societe General - NP	84.011		5.377	6.721	8.065
Referência para passivos financeiros					
CDI %			6,40%	8,00%	9,60%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 6,40% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. • Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentina elevação da inflação, a Companhia poderá não ter as suas receitas ajustadas proporcionalmente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. • Risco de capital:

Ambiente. • Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em seguir os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

b. Categorias dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber - ativo contratual	Custo Amortizado

Passivos financeiros

Passivos financeiros	Categoria
Fornecedores	Custo Amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. Classificações contábeis e valores justos: No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • Caixa e equivalentes de caixa - contas correntes e valores justos, considerando: • Calcular equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. • Contas a receber - Ativo de Contrato - o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está elevada através de componentes internos e de mercado. A Companhia adota a metodologia de apuração do valor justo do ativo de contrato, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo de contrato mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de predição baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31/12/2018. A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos. • Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c. Hierarquia do valor justo: A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

	31/12/2018			
Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	45.838	-	-	45.838
Contas a receber ativo contratual (Nota 7)	-	-	199.451	199.451
Total	45.838	-	199.451	245.289

	31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Descritivo				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	34.029	-	-	34.029
Contas a receber ativo financeiro (Nota 6)	-	-	56.665	56.665
Total	34.029	-	56.665	90.694

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e identificados. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). 18 Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31/12/2018 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

Riscos	Data Vigência	Importância Seguradora (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Risco Operacional	28/10/2018 a 31/10/2021	150.000	264
Risco de Responsabilidade			
Civil	28/10/2018 a 31/10/2021	25.000	36

20 Compromissos assumidos: • Contrato de EPC - Em 10/02/2017 a Cymri Construções e Participações S.A. e a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações, celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as

entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle das atividades da Companhia. (a) Riscos de crédito: É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriunda da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	45.838	34.029
Contas a receber - ativo financeiro (Nota 6)		56.985
Contas a receber - ativo de contrato (Nota 7)	199.451	
	245.289	90.694

• Caixa e equivalentes de caixa - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. • Contas a receber - Ativo financeiro/Ativo Contratual - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos:

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 6,40% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. • Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentina aumento da inflação, a Companhia poderá não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. • Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. (c) Riscos operacionais: Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulamentares e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. • Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a reconfiguração das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). • Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulamentação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio

Riscos	Data Vencida	Quantia (R\$ mil)	(R\$ mil)
Risco Operacional	28/10/2018 a 31/01/2021	150.000	264
Risco de Responsabilidade Civil	28/10/2018 a 31/01/2021	25.000	36
20 Compromissos assumidos: • Contrato de EPC - Em 10/02/2017 a Cymil Construções e Participações S.A. e a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações, celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Até o final do ano de 2018 a projeção de custos para o projeto é de R\$ 117.726 conforme quadro abaixo:			
	Até 31/12/2017	2018	Total
Contrato EPC	41.565	76.179	117.726
21 Eventos Subsequentes: Com o objetivo de financiar os custos associados ao Projeto Veredas, a Companhia teve sua segunda emissão de debêntures devidamente aprovadas em 2019 mediante AGE e nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº476. Sendo estas debêntures simples não convertíveis em ações. Em 22/02/2019 observou-se a liberação financeira dos respectivos R\$ 200 milhões.			
Diretor Financeiro: Rogério Diniz de Oliveira - CPF 002.782.367-70			
Contador: Felipe Ferreira - CPF 106.316.117-70 - CRC RJ 11.14050-1			

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. Rio de Janeiro - RJ: Opinão: Examinamos as demonstrações financeiras da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principal assunto de auditoria: Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente: Veja as Notas Explicativas 2.6 e 7 das demonstrações financeiras. Principal assunto de auditoria: O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfatória ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como principal assunto em nossa auditoria. Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; ii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato; e iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos do auditorio em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar, falsificação, omissão ou representações feitas intencionalmente. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as atividades de maneira completa com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, e, menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 25/04/2019. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-0144289-6-F-RJ; José Luiz de Souza Gurgel - Contador CRC RJ-0873390-4.

Id: 2178075

Acesse:

www.ioeri.com.br

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S A

NIRE: 333.0032099-7 Protocolo: 00-2019/297100-0 Data do protocolo: 22/05/2019

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 24/05/2019 SOB O NÚMERO 00003624940 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 216A457ADF9BD21170256C2F24124D0B6206812860BFCFAF763145AAB649CAF05

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 17/25



VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ nº 28.776.376/0001-98

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas, A Administração da Companhia, Veredas Transmissora de Eletricidade S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis relativo ao exercício de 2018 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários. 1.1 Histórico: A Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 02/12/2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. Sua base acionária é composta pela Cymi Construções e Participações S.A. (50%) e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multissetorial (50%). A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. 1.2 Práticas e Regulamentações: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). 1.3 Estrutura Societária



2 Ambiente Econômico: O ano de 2018 foi marcado por elevado grau de incerteza em relação à condução da política econômica em paralelo com a corrida eleitoral. Foi um ano de lenta recuperação (PIB estimado de +1,1%), com inflação de 3,7% (IPCA). A taxa básica de juros Selic atingiu a mínima histórica de 6,5% a.a. A economia brasileira foi marcada pelo baixo crescimento e por grandes incertezas geradas externamente pela guerra comercial entre EUA e China e o aumento da taxa de juros americana pelo FED desaceleraram a economia mundial. Internamente, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo - ANP, o preço do diesel para revenda subiu 7,5% entre os meses de janeiro e maio de 2018. Tal aumento de preços foi um dos principais motivadores de greve dos caminhoneiros no final de maio, que impactou o desempenho econômico do terceiro trimestre. A greve dos caminhoneiros e as incertezas sobre as eleições contribuíram para o baixo crescimento. Para 2019 o Banco Central divulgou em boletim uma previsão de crescimento do PIB na faixa de 2,50%. O Comitê de Política Monetária - COPOM publicou, em fevereiro deste ano, sua ata de reunião com as expectativas para os indicadores macroeconômicos. A taxa de juros SELIC foi fixada em 6,5% para 2019 e a taxa de câmbio deve se manter estável, na faixa dos R\$3,70. Com este cenário, a projeção do COPOM é de que o IPCA fique em torno dos 3,9% em 2019. No mercado de energia, dados da Empresa de Pesquisa Energética - EPE mostram aumento no consumo nacional de energia. No comparativo de 12 meses, divulgado em dezembro de 2018, o consumo total de energia cresceu 1,1%, com resultado positivo em todas as classes de consumo, puxado, principalmente, pelo setor industrial e pelo setor residencial, com aumento no consumo de 1,3% e 1,2%, respectivamente. 3 Ambiente Regulatório: No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia tem risco baixo no setor, pois o recebimento de sua receita

é baseado na disponibilidade de ativos. 4 Desempenho Operacional: A Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Companhia é composta pelos ativos abaixo: • LT 500 KV Rio da Equus - Arinos 2 • LT 500 KV Arinos 2 - Pirapora 2 • SE 500 KV Arinos 2 5 Desempenho Econômico-Financeiro: O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e notas explicativas. 6 Governança corporativa: A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Para o ano de 2018 destacamos a criação, implementação e forte atuação do setor de compliance Brasil, bem como início e aperfeiçoamento/upgrade de nosso sistema ERP. Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo. 7 Responsabilidade ambiental e social: A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos Programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. 8 Auditores independentes: Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14/01/2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (KPMG), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam a auditoria das Demonstrações Contábeis. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. 9 Agradecimentos: Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia. A Administração.

Balanço Patrimonial em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo			
Circulante		46.851	34.213
Caixa e equivalentes de caixa	5	45.838	34.029
Impostos a recuperar		467	135
Adiantamentos Diversos		546	49
Não Circulante		199.451	56.665
Ativo financeiro concessão	6		56.665
Ativo de contrato	7	199.451	
Total do Ativo		246.302	90.878
Passivo			
Circulante		166.241	80.897
Fornecedores	8	8.003	369
Empréstimos e financiamentos	10	123.420	78.025
Obrigações fiscais		1.158	80
Contas a Pagar - Partes relacionadas	9	2.342	448
Provisões	8	31.318	1.975
Não Circulante		42.401	7.868
Provisões - MTM	11	3.557	2.053
Impostos Diferidos	12	38.844	5.815
Patrimônio líquido		37.660	2.113
Capital Social	13	1.001	1.001
Reserva de Lucros		36.659	1.112
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		246.302	90.878

lente a 0,4% da receita operacional. • Ministério de Minas e Energia (MME) - Reconhecimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, autuando as correspondentes receitas e lendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus

tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros no V/R são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. 2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração. 2.7 Impairment de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na con-

Impostos Diferidos	11	3.557	2.053
Patrimônio líquido	12	38.844	5.815
Capital Social	13	37.660	2.113
Reserva de Lucros		1.001	1.001
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		36.659	1.112
Demonstração de Resultado Em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de Reais)		246.302	90.878
Receita operacional líquida	Nota 14	31/12/2018	31/12/2017
Custo de Construção	15	110.598	51.423
Resultado bruto		(67.534)	(46.124)
Despesas operacionais		42.684	5.299
Pessoal		(116)	
Material		(6)	
Alugueis		(18)	
Serviços de terceiros		(119)	(33)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		(259)	(33)
Resultado financeiro	16	42.405	5.266
Receitas financeiras		1.781	875
Despesas financeiras		(7.798)	(4.455)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(6.017)	(3.580)
Imposto de renda e contribuição social diferido		36.388	1.686
Lucro líquido do exercício	17	(13.369)	(574)
		23.019	1.112
Demonstração do resultado abrangente em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de reais)		31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício		23.019	1.112
Outros resultados abrangentes			
Total do resultado abrangente do período		23.019	1.112
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de reais)			
Reserva de Lucros			
Re-Reserva de Prejuízos / lucros acumulados			
Capital Social			
Nota 10			
Saldo em 31/12/2016		1.001	1.001
Integração de Capital			
Lucro líquido do exercício			1.112
Destinação de lucros à Reserva legal		56	(56)
Reserva de lucros a realizar		1.056	(1.056)
Saldo em 31/12/2017		1.001	56
Ajuste Adopção Inicial CPC 47/IFRS 15		12.528	12.527
Lucro líquido do exercício			23.019
Destinação de lucros à Reserva legal		144	(144)
Reserva de lucros a realizar		22.875	(22.875)
Saldo em 31/12/2018		1.001	200
Demonstrações dos fluxos de caixa em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de Reais)			
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		23.019	1.112
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Impostos Diferidos		24.641	5.814
Juros apropriados sobre dívidas financeiras		7.899	3.025
		55.559	9.951
Variações nos ativos e passivos:			
Aumento (Redução) de Partes relacionadas (Redclassificado, conforme nota 2.14)		1.894	448
Ativo de Contrato		(121.871)	
Ativo Financeiro de Concessão (Redclassificado, conforme nota 2.14)			(56.663)
Aumento em adiantamentos diversos		(497)	(49)
Aumento em tributos a recuperar		(331)	(136)
Aumento em fornecedores		7.634	369
Aumento em provisões		30.847	4.028
Aumento em obrigações fiscais		1.078	80

para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, portanto, depende dos aportes de capital de seus acionistas e/ou de financiamento obtido junto às instituições financeiras para a liquidação de seus obrigações até o momento que passe a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. 2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 25/04/2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.3 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. 2.4 Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir desses estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, conforme nota explicativa 6 e 7, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, civis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o critério de apuração do ativo de contrato e do ativo financeiro, conforme nota explicativa 6 e 7. 2.5 Principais políticas contábeis: As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias: (a) Ativos financeiros: Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa. A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro, que não possuía um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado. i. Classificação e mensuração subsequente (política aplicável a partir de 1º/01/2018): No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfizesse os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um desdobramento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após sua classificação inicial. anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC), que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo ou da UGC não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução no valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Uma UGC é definida como o menor grupo identificável de ativos que geram fluxos de entrada de caixa independente dos fluxos de entrada de caixa de outros ativos ou grupo de ativos. O valor recuperável de uma UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido das despesas de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a UGC. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases cumulativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia; O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017, não houve indicativo de deterioração e em função disso a Companhia não efetuou análise para seus ativos. 2.8 Ativo de contrato: Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31/12/2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICP 01 (R1) IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º/01/2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadraram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que ocorrem. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) conforme contrato de concessão e rece-

Caixa das atividades operacionais:		
Impostos Diferidos	24.641	5.814
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	7.899	3.025
	<u>55.559</u>	<u>9.951</u>
Variáveis nos ativos e passivos:		
Aumento (Redução) de Partes relacionadas (Reclassificado, conforme nota 2.14)	1.894	448
Ativo de Contrato	(121.871)	
Ativo Financeiro de Concessão (Redclassificado, conforme nota 2.14)		(56.663)
Aumento em adiantamentos diversos	(497)	(49)
Aumento em tributos a recuperar	(331)	(136)
Aumento em fornecedores	7.634	369
Aumento em provisões	30.847	4.028
Aumento em obrigações fiscais	1.078	80
	<u>(81.246)</u>	<u>(51.923)</u>
Caixa líquido utilizado pelas atividades operacionais	<u>(25.587)</u>	<u>(41.972)</u>
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital líquido		1.001
Empréstimos e financiamentos obtidos	82.500	75.000
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(7.504)	
Pagamentos de principal de empréstimo e financiamentos	(37.500)	
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	<u>37.496</u>	<u>76.001</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>11.809</u>	<u>34.029</u>
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	45.838	34.029
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	<u>34.029</u>	
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>11.809</u>	<u>34.029</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional: A Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. ("Companhia ou Transmissora"), controlada pela Cym Construtivas e Participações S.A. e o Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21/12/2015 e está estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, Sala 1004 - Centro - 20.030-021 - Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem por objeto social a exploração, construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica na Rede Básica do Sistema Elétrico Integrado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME). Da concessão: Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 17/2017 - ANEEL, datado de 10 de fevereiro de 2017, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos: • LT 500 KV Rio das Equas Aíros 2 C1 - 230 km; • LT 500 KV Aíros 2 - Pirapora 2 C1 - 221 km; • SE 2.500 KV Aíros. O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em no máximo 36 meses após a assinatura do contrato. Atualmente a Companhia encontra-se em fase de construção do empreendimento que por sua vez está em fase pré-operacional. A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 130.510 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA. Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional; • Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida; • Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equiva-

ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma poderia surgir. Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios. II. Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros (política aplicável a partir de 1º/01/2018): Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição. III. Mensuração subsequente e ganhos e perdas (política aplicável a partir de 1º/01/2018): Ativos financeiros ao VJR: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado. Ativos financeiros ao custo amortizado: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Instrumentos de dívida ao VJORA: Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. IV. Política aplicável antes de 1º/01/2018: A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR (nesta categoria como mantidos para negociação, instrumentos derivativos de hedge ou designado ao VJR). Mensuração subsequente e ganhos e perdas: A Companhia classificou seus ativos financeiros nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento, disponível para venda e VJR (nesta categoria como mantidos para negociação, instrumentos derivativos de hedge ou designado ao VJR). Ativos financeiros ao VJR: Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidos no resultado. Ativos financeiros mantidos até o vencimento: Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Empréstimos e recebíveis: Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Ativos financeiros disponíveis para venda: Mensurados ao valor justo e subsequentes alterações, exceto perdas por redução ao valor recuperável, receitas de juros e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida, foram reconhecidos em ORA e acumulados na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio líquido foi reclassificado para o resultado. (a) Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como

VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ nº 23.776.376/0001-99

de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.13 Encargos setoriais: a. **Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)/Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)** e **Empresa de Pesquisa Energética (EPE)**: São programas de investimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. b. **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)**: Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. c. **Ministério de Minas e Energia (MME)**: Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidroelétricos. 2.14 **Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)**: A Companhia classifica nas demonstrações do fluxo de caixa os juros pagos como atividades de financiamento, por entender que os juros representam custos para obtenção de recursos financeiros. A Companhia classifica os fluxos de caixa, pagos e recebidos, relativos ao ativo de contrato como atividade operacional. Nesse contexto, nos termos do pronunciamento técnico CPC 23 (IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, para fins de comparabilidade, os valores classificados na atividade de investimento relativos a ativo financeiro de concessão e como contas a pagar a partes relacionadas, nas demonstrações do fluxo de caixa originalmente elaboradas para o exercício findo em 31/12/2017, nos valores de R\$ 56.663 e de R\$ 448, respectivamente, foram reclassificadas para a atividade operacional na presente demonstração financeira. 3. **Mudanças nas principais políticas contábeis**: CPC 47/IFRS 15 Receita de contrato com cliente: A Companhia adotou a CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data de 1º/1/2018. Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos desse CPC ao exercício comparativo apresentado. A norma determina ainda que a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos. A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para a CPC 47/IFRS 15 sobre a reserva de lucros a realizar em 1º/1/2018.

Impactos da Adoção do CPC 47/IFRS 15 em 1º/1/2018	
Reserva de lucros a Realizar	18.980
Ativo de Contrato	(6.452)
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12.528

As tabelas a seguir resumem os impactos da adoção do CPC 47/IFRS 15 no balanço patrimonial da Companhia em 31/12/2018 e na demonstração do resultado para o encerramento deste ano em cada uma das linhas afetadas. Não houve impacto material na

mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2018	31/12/2017
Banco Santander	CDB	99% CDI	12.224	1.101
Banco ABC	CDB	99% CDI	19.266	12.506
Banco ABC	CDB	98,5% CDI	13.155	20.242
			44.645	33.849

6 **Ativo financeiro da concessão**: Refere-se ao ativo financeiro a receber pela Sociedade no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica. O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços de construção	52.563	-
Remuneração do ativo financeiro	4.102	-
Saldo	56.665	-

Circulante
Não circulante
Transferência para Ativo de Contrato (a)
O ativo financeiro é remunerado pela taxa de retorno do empreendimento, que em 2017 apresentou percentual médio de 12,99% a.a. e Dezembro de 2018 apresentou percentual médio de 15,58% a.a. 7 **Ativo de Contrato**

Transferência do Ativo	Impacto da Adoção CPC 47/IFRS 15 (a)	Receita de Contrato	Remuneração do Ativo	Recebíveis	2018	2017
2017	56.665	20.915	107.267	14.604	-	199.451

Circulante
Não Circulante
(a) Conforme descrito na nota explicativa 6, a Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º/1/2018. O impacto da adoção dessa nova norma impactou positivamente o ativo de contrato em contrapartida a conta de Reserva de lucros a realizar no patrimônio líquido.

	31/12/2018	31/12/2017
8 Fornecedores	8.003	369
Serviços	31.318	1.975
Provisões (i)	39.321	2.344

Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços e equipamentos para a obra. (i) A composição desta rubrica refere-se basicamente a provisão de serviços de construções e montagem e compra de disjuntores, transformadores e seccionadores, adicionalmente a companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e serviços em geral, conjunto de ações necessárias para início e manutenção das operações comerciais. 9 **Partes Relacionadas**: A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Ativo	Passivo	Resultado
Contas a receber	Fornecedores	dores	O&M G&A
Transações	-	448	-
Cymil Construções e Participações (i)	-	448	-
Saldo em 31/12/2017	-	448	-

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de Construção - Ativo de Contrato	107.267	-
Remuneração do Ativo de Contrato	14.604	-
Receita de Construção	-	52.563
Receita Financeira	121.872	56.665

15 **Custo de Construção**: Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em dezembro de 2018:

	31/12/2018	31/12/2017
Custo de Construção	(131)	-
Pessoal	(49.464)	(33.673)
Maquinas e Equipamentos	(7.768)	(5.274)
Serviços de terceiros	(8.330)	(5.656)
Resultado financeiro	(2.240)	(1.521)
Outras despesas	(67.934)	(46.124)

16 **Resultado Financeiro**: O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras	1.781	875
Receita de aplicações financeiras	1.781	875
Despesas financeiras	(7.798)	(4.455)
Juros de empréstimos e financiamentos	(7.798)	(3.025)
IOF de empréstimos	-	(704)
Outras despesas financeiras	-	(726)
Resultado financeiro líquido	(6.017)	(3.580)

17 **Imposto de renda e contribuição social**: As despesas com o imposto de renda e contribuição social nos resultados do período em 31/12/2018 e exercício de 2017 encontram-se resumidas a seguir:

Natureza dos créditos	Base de Cálculo 2018	Alíquota	Constituição
IRPJ diferido (i)	39.321	25%	9.830
CSLL diferida (i)	39.321	9%	3.539
Total	-	-	13.369

Natureza dos créditos	Base de Cálculo 2017	Alíquota	Constituição
IRPJ diferido (i)	1.686	25%	422
CSLL diferida (i)	1.686	9%	152
Total	-	-	574

(i) Refere-se ao passivo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais, base negativa e os rendimentos do ativo de contrato oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo de contrato da Companhia, relacionado à aplicação da interpretação técnica (CPC 01 (R1)). Para mais detalhes de base e alíquotas veja nota explicativa 12. 18 **Instrumentos Financeiros**: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia. a. **Gerenciamento de riscos**: Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (a) Risco de crédito, (b) Risco de mercado, (c) Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco: o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. (a) **Riscos de crédito**: É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma com-

A partir de 1º/01/2018, o ativo financeiro da Companhia passaram a ser classificados como ativo de contrato, sob o escopo do CPC 47/IFRS 15, II. Redução ao valor recuperável (impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais: O CPC 48/IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incógnitas" do CPC 38/IAS 39 por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de perdas esperadas se aplicará a ativos contratuais e aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. As provisões para perdas esperadas (quando aplicáveis) são mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas são calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos. Além disso, quando aplicável, são consideradas as mudanças no risco de crédito seguindo avaliações de crédito externas publicadas. A Companhia não reconhece provisões para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o adiantamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em ou após 1º/01/2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

4.1 CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil - IFRS 16 Leases: A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Adicionalmente, a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional pelo custo de depreciação de ativos objetos de direito de uso desses contratos e pela despesa de juros sobre as obrigações de arrendamento às taxas efetivas de captação vigentes à época de contratação dessas transações. Vigência a partir de 1º/01/2019. A administração não espera que esta nova norma ou modificação possa ter impacto significativo nas Demonstrações Contábeis.

4.2 Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2015-2017 - Alterações à diversos pronunciamentos contábeis: Alterações em função da edição do CPC 06 (R2): Alterações em participações de longo prazo em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto; Modificações no CPC 33 (R1) em decorrência de alteração, redução ou liquidação do plano; Transição para recursos de pagamento antecipado com compensação negativa; Alterações anuais procedidas pelo IASB do Ciclo de Melhorias 2015 - 2017; Alterações anuais feitas pelo CPC para contabilizar plenamente pronunciamentos anteriormente emitidos às IFRS. Vigência a partir de 1º/01/2019.

4.3 ICP 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments): Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação. Vigência a partir de 1º/01/2019.

4.4 IFRS 9 - Financial Instruments: Alterações ao pronunciamento técnico para inclusão de dispositivos sobre recursos de prépagamento com compensação negativa. Vigência a partir de 1º/01/2019.

4.5 Conceptual Framework in IFRS Standards: Aditivos para correção de referências do Conceptual Framework in IFRS Standards. Vigência a partir de 1º/01/2020. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes (correspondentes a todas as novas IFRS). Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

	31/12/2018	31/12/2017
5 Caixa e equivalentes de caixa	3	3
Bancos	1.192	177
Aplicações Financeiras (e)	44.645	33.849
	45.838	34.029

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 98,5% a 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de

ressaltar que a respectiva operação é feita com o fornecedor General Cable através da instituição financeira Citibank, instituição na qual envia mensalmente a respectiva posição Market to Market - MTM a ser contabilizada.

Instituições financeiras	Moe- da	Vencimen- to	Cotação Média USD/ BRL	31/12/2018	31/12/2017
Citibank	BRL	20/09/2019	3.7812	3.557	2.053

12 Impostos diferidos

		ATIVO				ATIVO				
		31/12/2018				31/12/2017				
Natureza dos créditos	Base de Cálculo	Impos-ridos	Dife- qu- tas	Ali- tos	Total	Base de Cál- culo	Impos-ridos	Dife- qu- tas	Ali- tos	Total
IRPJ diferido	9.890 (a)	2.473	25%	2.473		3.615 (a)	904	25%	904	
CSLL diferida	9.890 (a)	890	9%	890		3.615 (a)	324	9%	324	
		3.363			3.363		1.228			1.228
		PASSIVO				PASSIVO				
		31/12/2018				31/12/2017				

Natureza dos créditos	Base de Cálculo	PASSIVO 31/12/2018			PASSIVO 31/12/2017			
		Impos- tados	Ali- quos Dife- ras	Total	Impos- tados	Ali- quos Dife- ras	Total	
PIS diferido	199.451 (a)	3.291	1,65%	3.291	56.665 (a)	935	1,65%	935
COFINS								
diferenda	199.451 (a)	15.158	7,60%	15.158	56.665 (a)	4.307	7,60%	4.307
IRPJ diferido	69.877 (a)	17.469	25%	17.469	5.300 (a)	1.325	25%	1.325
CSLL diferida	69.877 (a)	6.289	9%	6.289	5.300 (a)	477	9%	477
		<u>42.207</u>		<u>42.207</u>		<u>7.043</u>		<u>7.043</u>
Tributo Diferido Líquido		38.844				5.814		

(i) Refere-se a receita de construção e de manutenção reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas aos serviços de construção e manutenção prestados, adicionada dos impostos recuperáveis (PIS e COFINS). (ii) Refere-se ao passivo diferido fiscal sobre prejuízos fiscais, base negativa e os rendimentos do ativo de contrato oriundo dos valores do fluxo de caixa futuros projetados avaliados a valor justo que compõe o ativo de contrato da Companhia, relacionado à aplicação da interpretação técnica ICP 01 (R1) 13 Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 31/12/2018 o capital social subscrito é de R\$ 1.001.000,00, dividido em 1.001.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Durante o exercício de 2017 mediante aprovação das respectivas AGE ocorreram dois aportes de capital totalizando R\$1.000.000,00 divididos em 1.000.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada. Os respectivos aportes de capital foram proporcionais a participação de cada quotista, sendo 50% referente à Cym Construção e Participações S.A. e 50% referente ao Brasil Energia Fundo de investimentos em participações Multiestratégia. O capital social da Companhia é composto como se segue:

Composição acionária		31/12/2018			
Quotistas	Qntd Ações	%	Valor (Em Reais)		
Cym Construção e Participações S.A.	500.500.000	50,00%	500.500.000		
Brasil Energia Fundo de investimentos em Participações Multiestratégia	500.500.000	50,00%	500.500.000		
Total	1.001.000	100%	1.001.000		

b. Política de dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A reserva legal é constituída de razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Os acionistas em comum acordo abrem mão da constituição dos dividendos mínimos obrigatórios por razões de planejamento financeiro estratégico, bem como consequente reinvestimento na própria Companhia.

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta	121.872	56.665
(+) PIS e COFINS	(11.274)	(5.242)
Receita líquida	110.598	51.423

Ativos financeiros		Queda de 44.645 taxa CDI		
Aplicações financeiras	Referência para	2.857	2.143	1.429
ativos financeiros	cenário			
CDI %	provável	-25%	-50%	-50%
		6,40%	4,80%	3,20%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 6,40% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposi- ção (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (1)	25% Co- nário A	50% Co- nário B
Passivos Financeiros					
Aumento da					
Banco Citibank	39.409	Taxa CDI	2.522	3.153	3.783
Banco Societe General - NP	84.011		5.377	6.721	8.065
Referência para ativos financeiros					
CDI %			Cenário provável	25%	50%
			6,40%	8,00%	9,60%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 6,40% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentina aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas temporariamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. (c) Riscos operacionais: Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Risco técnico - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a reconstrução das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). Riscos regulatórios - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Risco de seguros - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

Ativos financeiros		Categorias	
Caixa e equivalentes de caixa		Valor justo por meio de resultado	
Contas a receber - ativo contratual		Custo Amortizado	
Passivos financeiros			
Fornecedores		Custo Amortizado	
Empréstimos e financiamentos		Custo Amortizado	

Em 31/12/2018 e 31/12/2017, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil. Classificações contábeis e valores justos: No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras. Contas a receber - Ativo de Contrato - o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está afetada através de componentes internos e de mercado. A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo de contrato mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de

VEREDAS TRANSMISSORA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ nº 23.776.376/0001-98

retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31/12/2018. A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos: • Empréstimos e financiamentos - a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. c. Hierarquia do valor justo: A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Contas a receber ativo financeiro (Nota 6)	-	56.665	56.665
Total	34.029	-	56.665
			90.694

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir: • Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e identícos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). 19 Seguros: A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração. A especificação em 31/12/2018 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir:

ções e Participações S.A. e a Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações, celebraram contrato de empreitada de Materiais e Serviços por preço global, onde as contratadas assumem a implantação do projeto, do fornecimento da construção em regime de empreitada global (regime de EPC), do licenciamento ambiental, das desapropriações, das servidões e em geral, do conjunto de ações necessárias para início da operação comercial. Até o final do ano de 2018 a projeção de custos para o projeto é de R\$ 117.726 conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 5)	45.838	-	-	45.838
Contas a receber ativo contratual (Nota 7)	-	-	199.451	199.451
Total	45.838	-	199.451	245.289

Descritivo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 4)	34.029	-	-	34.029

Riscos	Data Vigência	Importância Se- gurada (R\$ mil)	Prêmio (R\$ mil)
Risco Operacional	28/10/2018 a 31/01/2021	150.000	264
Risco de Responsabilidade Civil	28/10/2018 a 31/01/2021	25.000	36

	Até 31/12/2017	2018	Total
Contrato EPC	41.565	76.179	117.726

21 Eventos Subsequentes: Com o objetivo de financiar os custos associados ao Projeto Veredas, a Companhia teve sua segunda emissão de debêntures devidamente aprovadas em 2019 mediante AGE e nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)nº476. Sendo estas debêntures simples não convertíveis em ações. Em 22/02/2019 observou-se a liberação financeira dos respectivos R\$ 200 milhões.

Diretor Financeiro: Rogerio Diniz de Oliveira - CPF 002.782.367-70
Contador: Felipe Ferreira - CPF 106.316.117-70 - CRC RJ 1114050-1

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. Rio de Janeiro - RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Veredas Transmissora de Eletricidade S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para a opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principal assunto de auditoria: Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente: Veja as Notas Explicativas 2.8 e 7 das demonstrações financeiras. Principal assunto de auditoria: O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e receita de contrato com clientes como principal assunto em nossa auditoria. Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a leitura do contrato de concessão para identificação das obrigações de desempenho previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; ii) a avaliação, com apoio de especialistas em finanças corporativas, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e receitas, na margem do contrato e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo de cálculo do ativo de contrato; e iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras; se não houver divulgação adequada ou se a divulgação for inadequada, devemos expressar uma opinião modificada.

